

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Globo (R.J.) Class.: 514

Data 14 de setembro de 1982 Pg.: _____

1982

Ruínas de Missões serão restauradas pelo MEC

BRASILIA (O GLOBO) — Os Sete Povos das Missões, conjunto em granito erguido pelos padres Jesuítas e índios guaranis nos pampas do Rio Grande do Sul no século XVIII, terá suas ruínas recuperadas a partir do próximo mês pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação (SEC/MEC), obra que já conta com orçamento inicial de Cr\$ 100 milhões.

— Após a recuperação da área, o Brasil e o Paraguai poderão estudar gestões junto à Unesco no sentido do tombamento do conjunto de Missões como patrimônio cultural da humanidade, afirma o secretário de Cultura, Marcus Vinicius Villaça.

A recuperação de Missões e o tombamento do terreno de candomblé Casa Branca, em Salvador, marcam uma mudança de estilo nos trabalhos da Secretaria de Cultura, até então voltada para a preservação quase que exclusiva de conjuntos arquitetônicos, igrejas e fortificações.

— Juntamente com o tombamento do terreno Casa Branca — acrescenta Villaça — o MEC começou o levantamento, mapeamento e preservação das manifestações e sítios da cultura afro-brasileira na Bahia.

A preocupação do MEC é ampliar as referências e bens culturais que ainda não tinham sido consagrados em sua política anterior. Além dessas obras, são alvo de suas atenções os parques e regiões de fronteira, como o pantanal matogrossense, assim como ma-

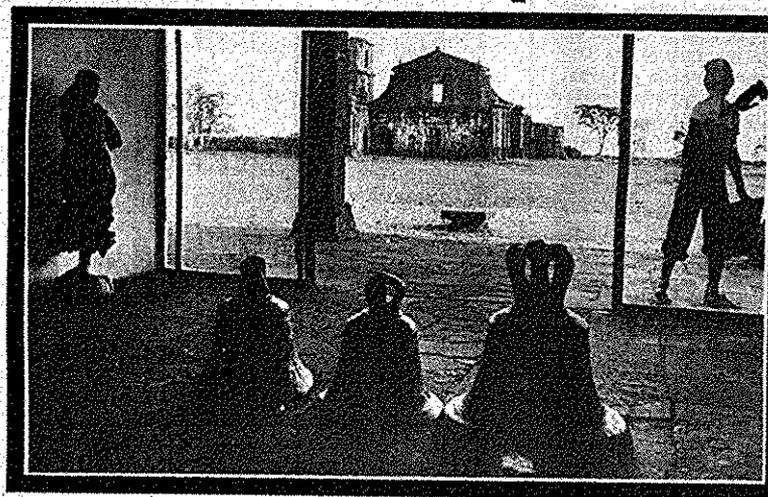


FOTO DE ERNO SCHNEIDER

Ruínas de Sete Povos das Missões, obra dos jesuítas e índios guaranis nos pampas gaúchos

nifestações mais contemporâneas, como o conjunto representado por Brasília e o prédio do MEC no Rio de Janeiro (este já tombado). Diz Villaça:

— Existe em funcionamento o Grupo de Brasília, com representantes da Universidade de Brasília, Secretaria de Cultura e Governo do Distrito Federal, que está examinando o assunto. Somente depois de uma posição favorável, o Grupo de Brasília deverá solicitar à Unesco o tombamento da capital do Brasil.

Outros projetos que deverão ser executados até o final do ano são a recuperação do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, que tem algumas de suas dependências com uma biblioteca, e a instalação do Museu da Diplomacia, também no Rio de Janeiro, que

deverá ocupar o prédio onde funcionou o Itamaraty.

— Temos Cr\$ 100 milhões para recuperar o espaço de exposição do Museu da Quinta, e esperamos instalar e inaugurar o Museu do Itamaraty até dezembro — acrescenta Villaça.

Para executar todos os planos em andamento na Secretaria de Cultura, Marcus Villaça espera contar com orçamento de Cr\$ 16 bilhões em 1983, superior em Cr\$ 6 bilhões ao deste ano.

O secretário acredita que a iniciativa privada brasileira participa pouco dos trabalhos culturais, e destaca exemplos que considera isolados, apesar de importantes, como os trabalhos da Fundação Roberto Marinho, Fiat e outras empresas.

Mas ressalta que talvez não haja uma participação intensa da comunidade por não ter ela sido motivada para isso, a despeito das campanhas que se faz. Villaça faz uma distinção entre o que se quer preservar e o bem tombado, já que o segundo faz parte de uma programação e intenção do Governo. E explica:

— Quem tem interesse em preservar um bem cultural que acredite importante, pode iniciar a ação a qualquer tempo. Basta enviar um ofício à Diretoria Nacional do Patrimônio Histórico, anexando a maior quantidade possível de documentos, como plantas descritivas do imóvel, fotografias, referências bibliográficas, material utilizado, estilo de época etc.

Se a Diretoria Regional concordar com a importância do pedido, ela própria o remete para o Conselho Nacional do Patrimônio Histórico, que volta a examinar os documentos. Se aprová-los, envia ao Ministro da Educação uma recomendação favorável ao tombamento. O Ministro a submete, por sua vez, ao Presidente da República. Aprovada nesta última instância de decisão, o Presidente baixa ato normativo indicando a necessidade de preservação do bem proposto, tombando-o. A partir de então os trabalhos de conservação e preservação correm por conta do proprietário do imóvel, como antes do tombamento, que deve observar algumas recomendações quanto à venda ou reforma do imóvel. Caso o Governo acredite que existe um bem imóvel que deva ser preservado, a iniciativa poderá ser sua, e além do tombamento caberá ainda a desapropriação do imóvel.

Mas o secretário de Cultura acredita que só uma ação conserva e valoriza o patrimônio cultural e histórico brasileiro: o uso.

— Temos que revitalizar os monumentos, além de restaurá-los. Não adianta restaurar e fechar, o uso é que conserva. As comunidades têm que aprender a zelar pelo que possuem, como em Goiás Velho — acrescenta. — Ali a população vem mantendo em perfeitas condições o Quartel de Polícia reformado recentemente, e até crianças auxiliam a manter brancas as paredes caladas do prédio.